

Seminários em Estudos Globais do Trabalho

14.06.2023, 18h00

“O trabalho informal no século XXI: A contradição a mover-se na informalidade do trabalho”

Maria Augusta Tavares

(Centro de Estudos Globais, Universidade Aberta /
Observatório para as Condições de Vida e Trabalho)

Resumo: Ao distinguir o trabalho informal do século XX do praticado neste XXI, pretendemos demonstrar que o desenvolvimento da mercadoria, tal como afirmara Marx, encontra a forma dentro qual a contradição capital/trabalho se move, às vezes, até parecendo negar o próprio pensamento marxista. Dir-se-ia que, antes da reestruturação produtiva do capital, a informalidade ainda não interessava de todo ao capitalismo, o que fazia da maior parte das chamadas atividades informais meras ocupações de sobrevivência. Hoje, no entanto, a informalidade se dissemina sob o comando do capital, mediante formas de trabalho possibilitadas pela flexibilização da economia – muitas travestidas de autonomia e liberdade –, de modo a negar a exploração do trabalho e a expropriação dos direitos do trabalho. No empreendedorismo, a nosso ver, sobressai a total esperteza do capital.

Nota curricular: Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (1973), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (1997) Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e Pós-Doutorado pelo Instituto Superior Miguel Torga/Serviço Social, em História Contemporânea pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e em Economia, pelo Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2011-2012. Aposentada como Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e da Pós-Graduação do mesmo curso. É investigadora integrada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas FCSH NOVA), e membro do Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Tem ampla

experiência na pesquisa sobre o trabalho, sobretudo, no que tange às atuais formas de exploração, nomeadamente através do trabalho informal, do assalariamento por peça e do empreendedorismo.

“Ditadura e censura no Algarve ou por prisão o infinito...”

Maria João Raminhos Duarte
(Centro de Estudos Globais, Universidade Aberta /
Observatório para as Condições de Vida e Trabalho)

Resumo: Em Portugal, com o golpe militar de 28 de Maio de 1926, teve início uma Ditadura Militar que culminou num novo regime, o “Estado Novo”, também de cariz ditatorial, que se institucionalizou com a aprovação da Constituição de 1933 e que se manteve até 25 de Abril de 1974.

Este regime foi sempre marcado por um acentuado autoritarismo do Estado, que impôs aos portugueses um forte dirigismo político, económico, social e cultural, mantido por diversas instituições repressivas e policiais. Desde o seu início, o regime foi combatido por uma oposição proveniente de vários sectores da sociedade portuguesa. Entre estes, contam-se alguns sectores militares, vários núcleos republicanos, as organizações operárias, o Movimento Nacional-Sindicalista, o PCP e muitos outros movimentos surgidos após a II Grande Guerra Mundial. Todos eles foram duramente reprimidos, quando não eliminados, pelo “Estado Novo”.

E o Algarve não foi excepção!

A repressão social, civil e política, a depuração administrativa com a expulsão da função pública e os despedimentos e, por último, a repressão formal e a violência, as torturas, as prisões e o desterro prolongado fazem parte da memória colectiva desta região e que aqui se pretende preservar.

Esta conferência debruça-se particularmente sobre a oposição ao regime ditatorial no Algarve, incidindo sobre um dos seus mecanismos mais repressivos, a Censura, e também sobre os seus visados.

Em Portugal, sob o Estado Novo, falar de intelectuais foi quase sempre falar da Oposição. Na charneira do combate à ditadura estiveram aqueles que mais sentiram a sua liberdade coarctada e a sua arte condicionada, nomeadamente os intelectuais, os escritores e os jornalistas. No Algarve, muitos jornais combateram ferozmente a Censura, desde a sua instituição e a questão da liberdade de imprensa foi, nesta província, intensamente defendida.

A impossibilidade de criticar o regime directamente obrigava a uma espécie de auto-censura que levava os autores a amputarem voluntariamente a sua escrita. Ferreira de Castro mostrou-nos o alcance psicológico da Censura. “Cada um de nós coloca, ao escrever, um censor imaginário sobre a mesa de trabalho”.

O declínio que se fez sentir nas publicações oposicionistas no Algarve reflectiu o aumento da repressão censória e policial, alavancada pela Guerra Civil de Espanha. Por isso, as publicações faziam a apologia da emancipação cultural das camadas trabalhadoras e mais desprotegidas, mas a sua cruzada pelo pluralismo e pela liberdade de opinião plasmava-se sub-repticiamente nas entrelinhas.

Deste modo, no Algarve, uma maior e crescente eficácia dos serviços de Censura impediu sistematicamente a publicação de artigos contrários à ditadura. O sistema foi apertando a malha, e as críticas deixaram de se ouvir. As que passavam eram veladas, vagas ou subjectivas. Os jornais "do contra" foram compulsivamente encerrados e os jornalistas, colaboradores, redatores e directores foram perseguidos.

Sendo os jornais mais controlados pela Censura, a literatura tornou-se o instrumento privilegiado para um debate político que não tinha outro meio de se revelar. O cerco apertou-se, então, em redor das livrarias, mas raras eram as cidades que não possuíam uma livraria conotada com a Oposição ao regime. As autoridades locais do Algarve enviavam à Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa a relação das livrarias e das papelarias para que fossem identificados os "subversivos" opositores.

Os livros escondiam-se em vãos de estantes, em paredes falsas, e só se vendiam a clientes de confiança, “por debaixo do balcão”, embrulhados em papel pardo. Circulavam, de mão em mão, nas barbearias e nas colectividades.

A construção da ditadura no Algarve e as diferentes formas de oposição/resistência à mesma são o pano de fundo desta narrativa histórica, na qual a censura e os censurados, jornalistas e escritores da região, constituem o seu “leit motiv”.

Nota curricular: Maria João Raminhos Duarte, filha de pais silvenses, nasceu em Moçambique em 1959. É doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tem publicado “Portimão, industriais conserveiros na 1ª metade do séc. XX”; “João Rosa Beatriz. Esboço de uma biografia política”; “José Rodrigues Vitoriano: o «operário construído»”; “Presos políticos algarvios em Angra do Heroísmo e no Tarrafal” e a sua tese de doutoramento “Silves e o Algarve, uma História da Oposição à Ditadura”. No âmbito das Comemorações do Centenário da República e do 150º aniversário de Manuel Teixeira Gomes, colaborou em “Portimão e a Revolução Republicana”, obra coordenada por José Tengarrinha. Em 2016, no âmbito do 75.º aniversário do Lar da Criança de Portimão, publicou "Lar da Criança de Portimão: a utopia de um colo". Tem um vasto currículo, com artigos publicados e conferências no âmbito da História local e regional algarvia contemporânea, nomeadamente sobre os industriais conserveiros, o movimento operário corticeiro e conserveiro, o regionalismo algarvio, a instituição do Estado Novo, a oposição ao Estado Novo, os movimentos femininos, a educação e assistência, a implantação do regime democrático, além de inúmeros e relevantes contributos biográficos da História Contemporânea algarvia. Investiga actualmente a comunidade judaica do Algarve, o seu êxodo e relevância no Holocausto. Integrou o Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais, como Doutorada integrada no Instituto de História Contemporânea/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Faz parte do Grupo “Usos do Passado”, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e é formadora acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua da Universidade do Minho.

É docente na Escola E.B. 2,3 Eng. Nuno Mergulhão em Portimão.